

**“COMO MULHER E DEPUTADA”:  
uma análise dos pronunciamentos das deputadas estaduais  
do Rio Grande do Sul (1951-2011)**

Andréia Orsato<sup>1</sup>

Leon McLouis Borges de Lucas<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao longo do século XX a democracia foi uma das grandes preocupações no campo das Ciências Sociais. Num primeiro momento o debate esteve concentrado nos requisitos básicos para seu estabelecimento e consolidação. Nas últimas décadas emergiram questões em torno do aspecto qualitativo dos processos democráticos. No caso brasileiro, a construção do processo democrático aos poucos permitiu a adoção de medidas visando qualificá-la e torná-la um modelo, teoricamente, mais inclusivo quanto à participação de segmentos historicamente excluídos dos processos decisórios, entre eles, as mulheres. Não menos importante foram as mobilizações do movimento feminista e de mulheres, desde as primeiras décadas do século XX, angariando um serie de conquistas, entre elas, maior espaço nas instâncias decisórias, mesmo que ainda precisam ultrapassar determinadas barreiras para o efetivo exercício do poder. Assim, na esteira da produção acadêmica sobre a temática da participação política das mulheres e no intuito de contribuir para o debate teórico acerca do tema, o presente trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa que traçou o perfil e a característica da participação política das deputadas estaduais no Rio Grande do Sul entre 1951 e 2011, destacando os pronunciamentos proferidos desde a tribuna da Assembleia Legislativa.

**Palavras-chave:** Gênero; Participação Política; Pronunciamentos parlamentares.

---

<sup>1</sup> ORSATO é Doutora em Ciência Política e Docente do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, *campus* Pelotas Visconde da Graça. E-mail: andreiaorsato@gmail.com.

<sup>2</sup> LUCAS é discente do Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-grandense, *campus* Pelotas Visconde da Graça. Bolsista BIC-IFSul. E-mail: mclouis.leon@gmail.com.

## **I. Introdução**

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um panorama dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas durante as sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre janeiro de 1951 e janeiro de 2011.

Segundo o atual Regimento Interno da Assembleia Legislativa as sessões plenárias podem ser ordinárias, extraordinárias, solenes, especiais ou preparatórias. No caso das sessões ordinárias a sistemática é a seguinte: leitura da ata, do expediente (comunicação de votação de proposições nas comissões, apresentação de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, comunicações encaminhadas à Mesa e correspondências em geral recebidas pelo presidente ou pela Mesa), grande expediente (período de vinte minutos destinado à fala de um orador), apresentação e discussão de proposições em pauta (onde no máximo cinco oradores têm concedida a palavra por tempo de até cinco minutos), discussão e votação da ordem do dia (se refere às proposições), comunicações (16 deputados poderão falar por cinco minutos), explicações pessoais (ocorre no final da sessão, cada orador tem cinco minutos para fazer suas considerações).

Em relação às sessões extraordinárias, as mesmas são destinadas à apreciação de matéria específica, de cunho relevante ou acumuladas. São realizadas durante o recesso parlamentar. As sessões solenes são realizadas em datas fixadas pela Mesa Diretora; as especiais são destinadas a ouvir Secretários de Estado convocados pela Assembleia Legislativa e as preparatórias são realizadas no primeiro e terceiro ano de cada legislatura.

Os discursos das parlamentares foram encontrados em todos os tipos de sessões plenárias e em diferentes momentos das mesmas, por exemplo, no caso das sessões ordinárias, há pronunciamentos no grande expediente e nas explicações pessoais, entre outros. Contudo, este trabalho não se ateve a fazer uma distinção dos momentos e das sessões em que as deputadas estaduais discursaram, apenas em saber o conteúdo manifesto dos mesmos.

## **II. Os primeiros discursos femininos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-1966)**

Durante as quatro legislaturas desse período, três mulheres tomaram assento na Assembleia Legislativa: Suely de Oliveira (PTB), Maria Íris Potthoff (PDC) e Zaira Folly (MTR). De acordo com os dados que levantamos, todas se pronunciaram nas sessões plenárias. Registramos 167 pronunciamentos da deputada Suely de Oliveira (98% do total de

pronunciamentos), dois discursos de Maria Íris Potthoff e um da deputada Zaira Folly, totalizando 170 intervenções femininas nas sessões plenárias. Destes, 11 pronunciamentos (6% do total) estavam relacionados ou faziam menção ao debate sobre gênero, dos quais dez foram proferidos pela deputada Suely de Oliveira (90% do total de discursos sobre gênero) e um por Maria Íris Potthoff.

Os pronunciamentos sobre gênero destacaram, sobretudo: o fato de serem mulheres e como são tratadas na Assembleia, questionamentos sobre a igualdade perante a lei entre homens e mulheres, discriminação, licenças para professoras, negação de passaporte pelos militares à Neuza Brizola e seus filhos, aposentadoria e assistência à maternidade e sobre os baixos salários pagos ao magistério e empregadas domésticas que, no caso, se referia às mulheres encarregadas dos serviços de limpeza nas repartições públicas e estabelecimentos de ensino.

O discurso abaixo proferido por Suely de Oliveira, no dia de sua posse, é ilustrativo desse sentimento manifestado pelas deputadas de estarem representando e falando em nome da mulher gaúcha:

A minha presença nesta Casa – a primeira mulher que nela toma assento em toda a história política do Rio Grande como parte do Legislativo – devo, sem dúvida à aprovação do eleitorado gaúcho a um dos mais democráticos princípios da Constituição – a igualdade de direitos políticos atribuída a ambos os sexos. É desnecessário justificar as razões desse dispositivo a que se opõem, atualmente, apenas os indivíduos manifestamente reacionários, cuja existência é preferível ignorar. Vem, pois, nobres e ilustres representantes do povo, a mulher rio-grandense, por meu intermédio, trazer-lhes a sua cooperação, o seu civismo, o seu entusiasmo e a sua dedicação à solução dos problemas sociais, econômicos e políticos do Rio Grande.

Todos nós - creio eu, conscientes das nossas grandes responsabilidades, estamos sinceramente dispostos a servir o povo, de que somos representantes, da melhor maneira possível. Divergimos politicamente, isto é, quanto aos meios e formas, mas não quanto ao fim visado. Há nisto motivo suficiente para que, deixando de lado o nefasto partidarismo de oposição sistemática a todas as iniciativas do adversário, comunguemos, na harmonia desta Casa, com o progresso do Rio Grande e o bem-estar da coletividade (Anais da Assembleia, 2ª sessão, 8 de fevereiro de 1951; p.64-65).

Também no sentido de se apresentar como representante da mulher gaúcha, encontramos o discurso da deputada Maria Íris Potthoff, proferido na tribuna da Assembleia Legislativa:

Falo, neste momento, em nome da mulher gaúcha, da mãe, da esposa, da filha que dentro ou fora do lar, dedicada a suas atividades e funções, não esquece seus deveres cívicos e políticos, e está atenta aos acontecimentos e vigilante em relação a seus direitos e aos de toda a pátria. A mulher gaúcha, embora lamente, como todos, as prisões ocorridas, lamenta muito mais, que haja a necessidade - de tais prisões, devido à ação subversiva constante, à ameaça velada e pública de certos elementos

que não se conformam com a derrota sofrida com a Revolução de 31 de março e continuam a tentar a efetivação dos planos nefastos que desenvolviam para desagregar a família e a ordem jurídica brasileira constituída. Parte integrante dos civis que levaram a bom termo, juntamente com as nossas Forças Armadas, a Revolução, a mulher gaúcha tem não só o direito, mas o dever de exigir que os objetivos da Revolução sejam defendidos e alcançados e, continua a trabalhar por ela, no sentido de esclarecimento e formação democrática Cristã do meio sócio-econômico, merecendo-lhe toda a atenção os operários, estudantes e a imprensa e divulgação, entre as diferentes classes. E foi assim que surgiram associações políticas, mas apartidárias, femininas, entre as quais, se destaca a Ação Democrática Feminina Gaúcha e a Cruzada da Mulher Democrática, a Associação das Cidades Porto Alegrenses, entre outras, só em Porto Alegre e com ramificações pelo Estado todo, a exemplo do que está acontecendo na maioria dos Estados Brasileiros. Estas associações visam preservar a democracia, aprimorando-a, com autêntico respeito aos direitos da pessoa humana e às liberdades públicas, sob a orientação da Doutrina Social da Igreja. [...] Enquanto o III Exército, em consonância com o Governo do Estado e a da República, dentro de suas atribuições específicas, procurar o fim das desordens, da ameaça e da subversão, resguardando e garantindo a democracia cristã vigente, terá o apoio de todos os sul-rio-grandenses conscientes e, em especial, o da mulher gaúcha que represento! (Anais da Assembleia Extraordinária, 162ª sessão, em 3 de dezembro de 1964. Publicado no Diário da Assembleia em 28 de janeiro de 1965, p.60).

O discurso da deputada, além de aproximar seu mandato aos interesses femininos, ressalta a organização das mulheres, grupos femininos e feministas que estava ocorrendo no período. Além disso, falando em nome da mulher gaúcha, diz que as mesmas lamentam as prisões realizadas pela ditadura militar, mas que as entende como necessárias a fim de resguardar a ordem e a família das ações dos “subversivos” e de seus “planos nefastos”, os quais não se conformam com a derrota.

Um aspecto interessante a destacar é como as deputadas entendem o papel da mulher na sociedade. Nos pronunciamentos de Maria Íris Potthoff, por exemplo, a caracterização da mulher se refere ao seu papel como esposa, mãe e filha, aquela que tem atividades específicas no lar, que é defensora da família, da moral, da ordem, visão que, de certa forma, expressa seu posicionamento político-partidário e a defesa dos valores do regime militar. Já o discurso da Deputada Suely de Oliveira tem outra direção, pois, embora também se pronuncie em nome da mulher gaúcha, suas intervenções denotam maior consciência a respeito da influência social das relações de gênero, explicitando uma maior contestação do papel tradicional que a sociedade atribuiu às mulheres, bem como reivindicando a conquista dos direitos das mesmas.

Após o Golpe Militar de 64, permanecem os discursos das deputadas “em nome da mulher gaúcha”, contudo, o conteúdo do pronunciamento depende da posição ideológica das deputadas que o proferem. Todos os pronunciamentos defendem os interesses das mulheres, mas em termos políticos eles são a favor ou contra o regime. Nesse sentido, podemos contrapor ao discurso acima, o pronunciamento de Suely de Oliveira, dias após a deflagração do golpe:

**Sra. Suely de Oliveira** - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Desde que eclodiu em nosso país o movimento revolucionário, que culminou com a derrubada do Governo constitucional e a cassação das liberdades democráticas pelas forças vitoriosas, decidi, Sr. Presidente, não assomar a esta tribuna para falar. Este meu silêncio, entretanto, Sr. Presidente e nobres colegas, não poderá de maneira alguma representar qualquer ato de covardia ou qualquer manifestação de medo. Não tenho medo Sr. Presidente e Srs. Deputados, de coisa alguma. A única *cousa* que temo e sempre peço a Deus que dela me livre é de uma injustiça, a injustiça, no meu entender, fere mais, é mais cruel do que a própria morte. Mas, Sr. Presidente, se me mantive em silêncio é porque encaro com muita realidade acontecimentos como este que estão se desenrolando em nossa Pátria. Aprendi, Sr. Presidente, que, quando as Forças Armadas se unem para aniquilar o poder civil, toda a estrutura jurídica que o sustenta cai por terra e o que prevalece é a vontade dos vencedores e a força das armas. É por isto, Sr. Presidente, que, como vencida, só teria um caminho a seguir: sujeitar-me à imposição das armas vitoriosas acomodar-me no regime que me foi imposto pela força.

No entanto, tudo tem um limite, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Quando esta vontade descamba para o lado da vindita pessoal, ferindo em cheio os sagrados e fundamentais direitos da pessoa humana, direitos que não são do Brasil, mas que são do universo, e que constam na Carta das Nações Unidas, então Sr. Presidente e nobres colegas, não é mais possível calar, porque o silêncio, então, é covardia, não sou covarde e, por isso, aqui estou para protestar com veemência, com toda a força da minha alma, contra as perseguições que se estão desencadeando, em todo o território nacional pelos agentes da autoridade, que dizem falar em nome do Comando Revolucionário vitorioso. Estou aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para protestar perante V. Exas., perante o III Exército, perante o Governo da Republica – e, porque não dizê-lo também, perante o mundo democrático...

**O Sr. João Caruso** – E todas as consciências...

**A Sra. Suely de Oliveira** - ...e perante todas as consciências democráticas, contra todas essas injustificáveis invasões de lares da família brasileira, que vêm ocorrendo em todo o território nacional.

Quero protestar também, Sr. Presidente e nobres colegas, contra a atitude das autoridades policiais do Estado, negando a Dona Neuza Goulart Brizola e a seus filhos o passaporte de que carecem para viajar para fora do País.

Quando, na República Argentina, após a queda de Perón, as forças revolucionárias, na impossibilidade de prender o ditador deposto, profanaram bestialmente o cadáver de sua esposa, houve no Brasil uma voz vigorosa e nobre que se elevou na tribuna da Câmara Federal, para protestar contra tão inominável ignomínia. Era a voz de um preclaro rio-grandense: o Gen. José Antonio Flores da Cunha. Era a voz do tradicional cavalheirismo dos brasileiros que nunca, até então, haviam, nas suas lutas, feito sentir a prepotência contra mulheres e crianças indefesas. Hoje, Sr. Presidente e ilustres pares, infelizmente, os tempos são outros. A inglória vindita dos agentes da autoridade, ansiosos em demonstrar aos vencedores o seu zelo pela causa revolucionária, deslustra séculos de tradição e honra, exercendo sua força contra uma mulher indefesa e seus filhos inocentes que, podendo ir tranquilamente para o exterior antes de vitoriosa a revolução, aqui preferiram continuar, confiando na nobreza dos vencedores que, agora, se revelam menos nobres e até, lamento dizer, desumanos.

Além do meu protesto, Sr. Presidente e nobres Deputados, dirijo desta tribuna, em nome da mulher rio-grandense, um calorosa apelo à dignidade, à nobreza, ao cavalheirismo, à razão e ao espírito de humanidade das forças armadas vencedoras, no sentido de que não maculem a honra do glorioso Exército de Caxias com atos dessa natureza. Concedam a Dona Neuza Brizola e seus filhos o passaporte de que carecem. Honrem com esse gesto de nobreza as tradições do nosso povo. Não vinguem em inocentes crianças e mulheres o que consideram ser erros de seus pais e maridos. Sejam justos, sejam rigorosos, não sejam, porém desumanos (Anais da Assembleia Legislativa, 22ª sessão, 16 de abril de 1964. Publicado no Diário da Assembleia em 25 de maio de 1964, p.318-319).

Como se pode notar a partir da transcrição do discurso acima, a fala novamente ocorre “em nome da mulher gaúcha”. Neste discurso a ênfase é, claramente, no sentido de contestação ao regime militar.

Além desses discursos, importante fazer referência aos debates ocorridos entre os parlamentares e que mencionavam a conduta das mulheres em plenário e fora dele, demonstrando o estereótipo de atuação feminina. Numa primeira ocasião, logo após assumir o mandato, ao debater o tema da educação pública a Deputada Suely de Oliveira foi interrompida pelo Deputado Mem de Sá que assim se pronunciou:

**Sr. Mem de Sá** – Deputada Suely, se V. Excia. me der um aparte sentir-me-ei muito honrado, mas só aceitarei se V. Excia. assumir o compromisso de esquecer que é mulher (...)

**Sra. Suely** – Como? Esquecer-me de que sou mulher? Aqui sou representante do povo, não desejo qualquer privilégio.

**Sr. Mem de Sá** – Não vou falar com respeito à V. Excia. É que como legítima representante do sexo feminino não deixa o antagonista terminar seu pensamento (Anais da Assembleia, 143ª sessão, 5 de setembro de 1951. Publicado no Diário da Assembleia em 11 setembro de 1951, p.27279).

Em outra ocasião, rebatendo declarações do Deputado Peracchi Barcellos a respeito da greve dos trabalhadores da empresa de ônibus Carris, em meio a inúmeros apartes em seu discurso, afirma a deputada.

**Sra. Suely de Oliveira** – Vamos discutir o problema com calma. Sempre dizem que eu é que me altero e que sou nervosa. Sempre estão dizendo que as mulheres é que não se entendem, mas aqui são os homens que não se entendem.

**Sr. Peracchi Barcellos** - O mais difícil é as mulheres se entenderem. Os homens se entendem sempre, apesar da exaltação. As mulheres não se entendem nunca.

**Sra. Suely de Oliveira** – Em parte concordo com V. Exa. Os homens, às vezes, se entendem. Se as mulheres tomassem mais interesse pela política, muita coisa que anda por aí, não teria acontecido (Anais da Assembleia, 18ª sessão, 16 de maio de 1952; maio de 1952, p.531).

Debatendo o tema da educação pública e gratuita para quem não tem condições de pagar e mencionando o problema de faltas de vagas nas escolas, Suely de Oliveira contesta o princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei, afirmando que: “a igualdade é muito relativa. Varia de grupo para grupo.” Mais adiante cita como exemplo trecho de um edital para concurso para fiscal de vendas e consignações. Diz o edital: “Somente poderão inscrever-se candidatos do sexo masculino.” Segue a deputada:

Onde está a igualdade perante a lei? Onde está o princípio de que todos são iguais perante a lei? Por que uma mulher não pode ser fiscal de imposto de vendas e consignações?... “Ninguém se rebela contra isso e, quando se trata de pleitear uma medida justa, que vai beneficiar uma maioria que sempre viveu sacrificada, em benefício de uma minoria privilegiada, então ai todos invocam o dispositivo de que

todos são iguais perante a lei (Anais da Assembleia, 152ª sessão, 19 de setembro de 1951, p.403).

Fica evidente a preocupação com os problemas de gênero no decorrer das leituras dos pronunciamentos realizados pelas parlamentares gaúchas, os quais destacaram: a organização feminina, a preocupação com a discriminação e os direitos da mulher. Em termos dos demais temas debatidos na tribuna da Assembleia Legislativa, durante o período 1951 a 1966, a tabela a seguir é demonstrativa, lembrando que os 170 discursos por vezes foram classificados mais de uma vez em função de que, em algumas ocasiões, num mesmo pronunciamento as parlamentares trataram de temas diferentes.

Tabela 1

Assuntos debatidos na tribuna da Assembleia Legislativa pelas deputadas gaúchas (1951-1966).

Categoria	Deputadas		
	Suely de Oliveira	Maria Potthoff	Zaira Folly
Política fundiária	1		
Violência e segurança pública	1		
Trabalho e previdência social	4		
Economia	9		
Patrimônio Cultural	1		
Ditadura militar	1	1	
Assistência Social	6		
Educação	70	1	1
Questões Legislativas	76		
Política	1		
Outros	4		

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, questões legislativas e relacionadas com o tema da educação são os assuntos mais tratados pelas parlamentares gaúchas neste período, totalizando 148 intervenções ou 87% do total. Foram também temas importantes: economia (5%) - elevação do preço da carne e extinção do Instituto da Carne; custo de vida e valor do salário mínimo; fixação de indústria e comércio nas áreas de fronteira; situação econômica dos municípios; regulação do preço de alguns gêneros alimentícios e impostos; assistência social, (3%) - menor abandonado; assistência à infância e juventude; trabalho e previdência social, (2%) - pensão vitalícia; reformas no Instituto de Previdência do Estado e outros, (2%) - votos de pesar. Os demais: política (debate sobre governo e secretariado), patrimônio cultural (prédios históricos na cidade de Piratini), violência e segurança pública (assaltos e depredações no

município de Jaguarão) e política fundiária (avaliação de imóvel rural e reforma agrária) foram temas sobre os quais observamos recorrência nos pronunciamentos e ditadura militar (prisões, ordem pública e promessas do governo militar; ameaça aos direitos fundamentais e protesto contra negação de passaporte) duas falas, os quais não ultrapassam 1% dos assuntos tratados.

Assim, podemos dizer que fizeram parte dos debates na tribuna assuntos que estavam em evidência na sociedade gaúcha no período. As questões do magistério estadual, do funcionalismo e do custo de vida, a partir da categoria economia, foram as que mais discursos puderam ser observados durante o período 1951 a 1966. Um total de cem pronunciamentos envolvendo essas problemáticas, sobretudo do preço dos alimentos e das condições do magistério e do funcionalismo público. O tema do menor abandonado, nesses discursos, também é uma questão premente, mas com menos pronunciamentos nesse sentido, contudo não menos importantes.

Analisar os pronunciamentos parlamentares nesses anos é se reportar, basicamente, aos discursos realizados na tribuna por Suely de Oliveira. É preciso destacar, nesse sentido, o trabalho desenvolvido por Maria Bernadete Kroeff (2001) no qual ela já havia apontado para alguns temas priorizados por esta parlamentar. Segundo a autora, a ação política de Suely de Oliveira, entre 1951 e 1975, esteve centrada, especialmente, em duas questões: o debate sobre o magistério estadual, quando manifestou sua preocupação com as professoras e com o plano de carreira, com os alunos e sua formação e preparação para o mundo do trabalho; e para a questão assistencialista, voltada, sobretudo para o problema dos menores abandonados.

Considerando, assim, o contexto econômico e social no qual a sociedade gaúcha estava vivendo naquele período, podemos compreender a motivação dos discursos das parlamentares. Além da identificação profissional com o magistério, o que pode explicar a preferência por certos temas na tribuna é a crise econômica vivida, sobretudo quando se observa que os discursos a respeito da carreira, dos melhores salários, dos concursos, tanto em relação ao magistério, em particular, quanto ao funcionalismo, em geral, eram acompanhados, em muitas ocasiões, pela justificativa da valorização desses profissionais, (em especial quando se tratava dos professores primários) mas também se referiam às condições de vida dos mesmos. Desse modo, a ênfase conferida ao tema do gênero nos discursos proferidos pelas deputadas não se dava de forma isolada, mas articulava-se à perspectiva social das mesmas no sentido de que eram discursos complementares às temáticas debatidas no Plenário. Para exemplificar transcrevo parte do discurso de Suely de Oliveira no qual, ao pedir voto



favorável às emendas ao projeto de origem no Executivo que trata dos vencimentos dos funcionários do alto escalão do governo, assim se pronuncia:

[...] deve a Casa proceder a uma revisão geral das vantagens ora atribuídas aos cargos providos por comissionamento. Esta providência será o primeiro passo que esta Assembleia, na presente legislatura, dará em favor dos servidores públicos, atualmente atravessando um período assaz difícil em face do elevado custo de vida. Devemos formar na primeira linha junto com os servidores públicos, no movimento, em articulação, por melhores e mais razoáveis vencimentos, como também devemos dar o nosso apoio integral à reforma da lei do salário mínimo pretendida pelos trabalhadores, já que o salário mínimo atual não é mais suficiente à satisfação de suas necessidades primárias de subsistência [...]. Dos servidores categorizados, são os professores os que têm os vencimentos mais baixos [...]. Compreendemos a situação de sacrifícios que experimentam os professores, incapazes de fazerem frente com os salários atuais, à avalanche de aumento que dia-a-dia se verifica no preço das utilidades. [...] A situação atual não comporta demoras. É necessário irmos ao encontro daqueles que tanto esperam dos seus representantes, dando-lhes apoio indispensável na luta pela sobrevivência (Anais da Assembleia, 59ª sessão, 3 de maio de 1955. maio de 1955, p.8-9).

Nas décadas seguintes, a situação econômica do Estado se alterou pouco. Já o discurso a respeito da cidadania feminina e da promoção da mulher toma outros contornos, intensifica-se e tornar-se um dos grandes temas debatidos pelas parlamentares na tribuna da Assembleia Legislativa, como veremos a seguir.

### **III. O Debate em torno da igualdade de gênero na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1967-1985)**

No período compreendido entre 1967 e 1986, tivemos a presença de cinco deputadas estaduais na Assembleia Legislativa: Suely de Oliveira (MDB), Terezinha Chaise (MDB), Dalila Alves (ARENA), Dercy Furtado (ARENA) e Ecléa Fernandes (MDB). Nesses 19 anos foram registrados 74 discursos da Deputada Terezinha Chaise, seis pronunciamentos realizados por Dalila Alves, 41 intervenções de Suely de Oliveira e, ainda, 498 discursos proferidos por Dercy Furtado e 117 pela deputada Ecléa Fernandes. Do total de 736 discursos, 257 pronunciamentos (35%) foram relativos à questão de gênero, conforme figura que segue.

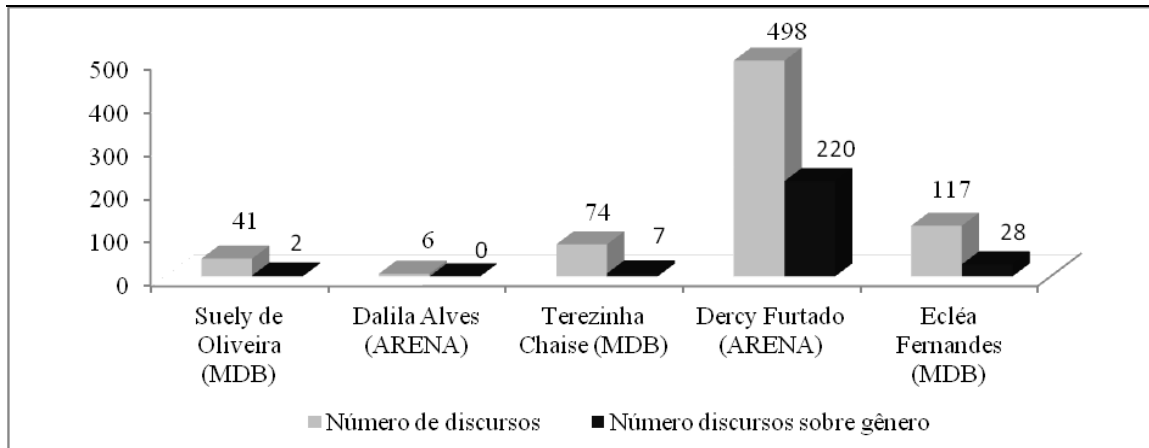


Figura 1: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul (1967-1986).  
Fonte: Elaboração própria.

A Deputada Dercy Furtado foi a parlamentar que, nesse período, mais pronunciamentos realizou no plenário da Assembleia Legislativa (68% do total), também a que mais proferiu discursos sobre a questão de gênero. É preciso considerar que Dercy Furtado foi a parlamentar que mais mandatos obteve entre 1967 e 1986, um total de quatro, enquanto que Suely de Oliveira, obteve dois (a qual proferiu 5% do total de discursos no período) e Ecléa Fernandes um mandato (proferindo 16% do total das intervenções femininas na Tribuna). Terezinha Chaise (com 10% dos discursos do período) permaneceu no cargo por dois anos e Dalila Alves (1% dos pronunciamentos), legislou por alguns dias.

Em termos dos discursos sobre gênero, a única deputada que não proferiu pronunciamentos sobre o tema foi Dalila Alves (ARENA), todas as demais se manifestaram nesse sentido, destacando-se Dercy Furtado, que proferiu 85% do total desses discursos. A Deputada Ecléa Fernandes (11%), Terezinha Chaise (3%) e Suely de Oliveira (1%) de todos os discursos sobre gênero nesse período.

De modo geral, podemos ressaltar que algumas categorias tiveram atenção maior que outras em termos do debate sobre gênero, como pode ser melhor evidenciado na figura abaixo.

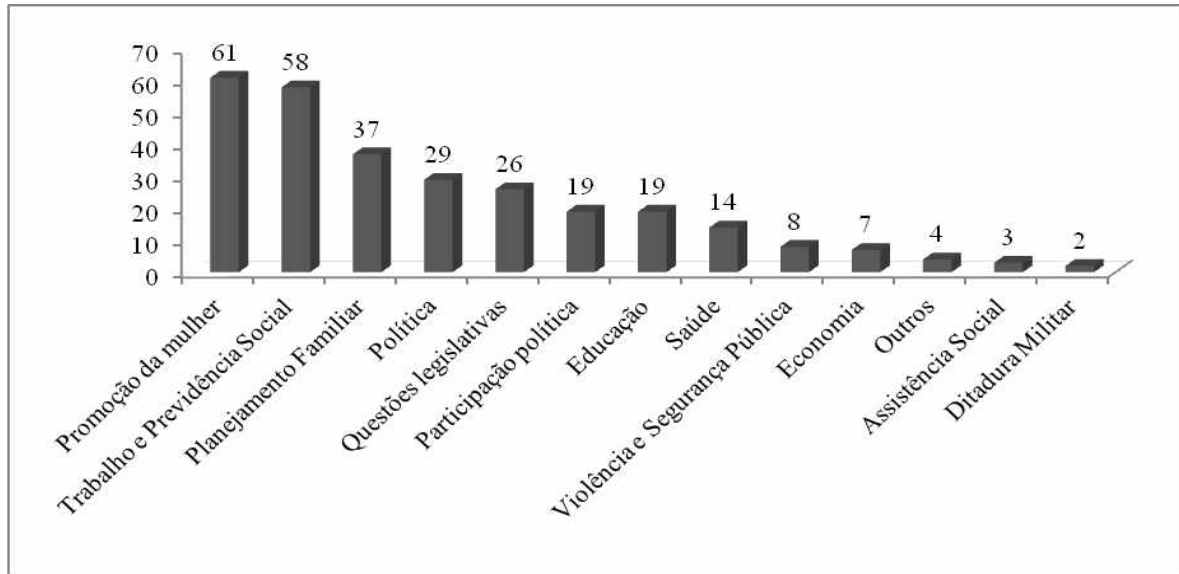


Figura 2: Pronunciamentos sobre gênero proferidos pelas deputadas gaúchas (1967-1986).  
Fonte: Elaboração própria.

Entre os principais temas debatidos relacionados à problemática de gênero destacam-se: promoção da mulher com 61 pronunciamentos (21%), trabalho e previdência social, com 58 discursos (20%), planejamento familiar, com 37 intervenções (13%), política, com 29 intervenções (10%) e questões legislativas, 26 discursos (9%). Em seguida, participação política e educação, ambas com 19 intervenções (7% do total), saúde, com 14 discursos (5%), violência e segurança pública, com oito pronunciamentos (3%) e economia com sete (2%). As categorias que menor apresentaram intervenções foram: outros, assistência social e ditadura militar (1% para cada item).

Assim, observamos que a promoção da mulher, o entendimento de que elas são sujeitos de direitos e que devem usufruí-los igualmente aos homens, a noção de que a situação da mulher é resultado da discriminação e exclusão histórica, além de que, é uma realidade que precisa mudar, foram temas presentes nos discursos proferidos pelas parlamentares no período compreendido entre 1967 e 1986. Apesar disso, ainda era forte a restrição da condição da mulher às figuras de mãe, irmã e esposa.

Entre os pronunciamentos compilados nesse sentido, destaca-se o discurso proferido pela deputada Dercy Furtado (PDS) relativo à categoria promoção da mulher, especialmente sobre o Ano Internacional da Mulher, da Conferência a ser realizada no México e da posição do Brasil como signatário de todos os documentos que garantem direitos à mulher. Cito-a:

Apesar das tradições machistas que viajaram de Portugal e aportaram em nossos costumes, a mentalidade jurídica brasileira sempre foi muito elevada nesse campo e não nos podem apontar emperreamentos no que tange aos caminhos legais que favorecem a ascensão feminina. No entanto, meus senhores, as condições “de

jure” estão muito distantes das situações “de facto”. [...] No caso da mulher, promoção é, fundamentalmente, passar de objeto a sujeito. É deixar de sofrer a história e começar a fazer a história. É ser autora, e não apenas espectadora (Anais da Assembleia, 7ª sessão, 10 de março de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 25 de março de 1975, p.149).

Em outra oportunidade, também sobre a questão da promoção da mulher, falando dos problemas relativos à violência, fome e miséria, destacou:

O que podemos concluir daí? Se por um lado, deparamos com esse quadro desolador, vamos deparar, também, com outro fato: quem está dirigindo o mundo? Quem está à cabeça dos grandes negócios? Quem está nos Parlamentos? Quem está nos exércitos, nas Igrejas, no Executivo? Em toda parte, quem assumiu o comando do mundo? Foi o homem, o homem, e sempre o homem! E o mundo não vai bem, conclusão a que nós chegamos. Nós precisamos, com urgência, da participação da mulher. [...] queremos deixar de ser objeto, para sermos sujeitos; não queremos mais ser usadas pelos políticos nas eleições, que bajulam a mulher para ganhar votos e na hora de dar os cargos de comando, só aparecem os homens. Estamos cansadas de ouvirmos a Igreja falar que a mulher é importante, mas ela não tem lugar privilegiado dentro da própria Igreja; estamos cansadas de ver a mulher ser usada na sociedade de consumo (Anais da Assembleia, 31ª sessão, em 14 de abril de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 30 de abril de 1975, p.199).

Além dessas questões o debate sobre gênero relativo à categoria trabalho e previdência social ainda girou em torno na dupla jornada e trabalho da mulher, da questão da aposentadoria da mesma no campo, da construção de creches, das empregadas domésticas, especialmente no que concerne ao direito de férias, o direito dos homens serem assegurados do Instituto de Previdência do Estado (IPE) como dependentes das esposas e aposentadoria para a dona de casa. Além disso, observou-se também menção às profissões femininas, tais como, professora, enfermeira, secretária, entre outras.

Sobre o tema do planejamento familiar merece destaque o pronunciamento da deputada Dercy Furtado. Segundo ela, o planejamento familiar deve ser feito pelas famílias de todas as classes sociais, pois “de todas as cangas que puseram aos ombros da mulher, talvez essa seja a mais forte, a mais dura e mais violenta, quando estruturas arcaicas, tabus, preconceitos obrigam a mulher a ter um número de filhos que não deseja, que não pode ter” (Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da comissão representativa, em 5 de fevereiro de 1975. Publicado no Diário da Assembleia em 11 de março de 1975, p.17). Em outra oportunidade a mesma deputada, manifesta-se da seguinte forma:

E há duas formas mais poderosas, não existem outras mais poderosas para subjugar a mulher do que fazê-la dependente economicamente do homem e condicioná-la a gerar muitos filhos. [...] uma mulher que não domina o seu ventre será escrava das estruturas. E as estruturas fizeram questão de conservá-la escrava, estruturas econômicas, políticas e religiosas. Fizeram questão de condicioná-la sob a pressão do medo do “fogo do inferno”, porque dava-se perdão ao homem que explorava o homem, ao empregador que pagava mal os seus empregados; dava-se

perdão ao marido infiel, mas não se perdoava a mulher que evitava filhos. Essa era a maneira de condicioná-la; e a mulher era escrava dessa condição que lhe era imposta. [...] Hoje, no século XX, mais do que nunca, a mulher – e diria - o casal, a eles cabe o direito de decidir sobre o número de filhos que realmente desejam ter (Anais da Assembleia, 91ª sessão, 3 de agosto de 1977. Agosto de 1977, p.46-47).

Em relação às temáticas discutidas nos pronunciamentos, incluindo todos os discursos, sem a distinção referente ao debate sobre gênero, a tabela a seguir demonstra sobre quais assuntos cada uma das deputadas se pronunciou na tribuna da Assembleia Legislativa.

Tabela 2

Temas dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas (1967-1986).

<b>Categoria</b>	<b>Suely de Oliveira</b>	<b>Dalila Alves</b>	<b>Terezinha Chaise</b>	<b>Dercy Furtado</b>	<b>Ecléa Fernandes</b>
Política fundiária				6	4
Violência e segurança pública			3	13	7
Trabalho e previdência social	1		1	72	13
Economia	1		4	41	10
Patrimônio Cultural				1	
Ditadura militar			9	8	4
Assistência Social			2	24	8
Educação	13	4	28	47	34
Questões Legislativas	27		18	87	27
Política	1		10	119	23
Participação política das mulheres				17	2
Planejamento Familiar				34	3
Promoção da mulher				56	5
Habitação				9	
Transporte				9	
Saúde			1	32	2
Meio Ambiente				11	
Outros	3	2	4	24	
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>6</b>	<b>80</b>	<b>610</b>	<b>142</b>

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que os pronunciamentos da deputada Suely de Oliveira estiveram concentrados em seis categorias: trabalho e previdência social, economia, educação, questões legislativas, política e outros. Destacam-se os discursos relativos a questões legislativas e educação, a exemplo do que havia ocorrido no período compreendido entre 1951 e 1966. Já Dalila Alves, concentrou seus discursos nas categorias educação e outros. Em relação às

demais deputadas, Terezinha Chaise, Dercy Furtado e Ecléa Fernandes, podemos verificar que há uma gama maior de temas sobre as quais versaram seus discursos. Destacam-se, nesse sentido, os diferentes temas abordados pela deputada Dercy Furtado, assim como, já havíamos observado no que se refere aos pronunciamentos relativos ao debate sobre gênero. A figura abaixo demonstra quais foram os temas priorizados pelas parlamentares nos pronunciamentos realizados na Tribuna da Assembleia Legislativa.

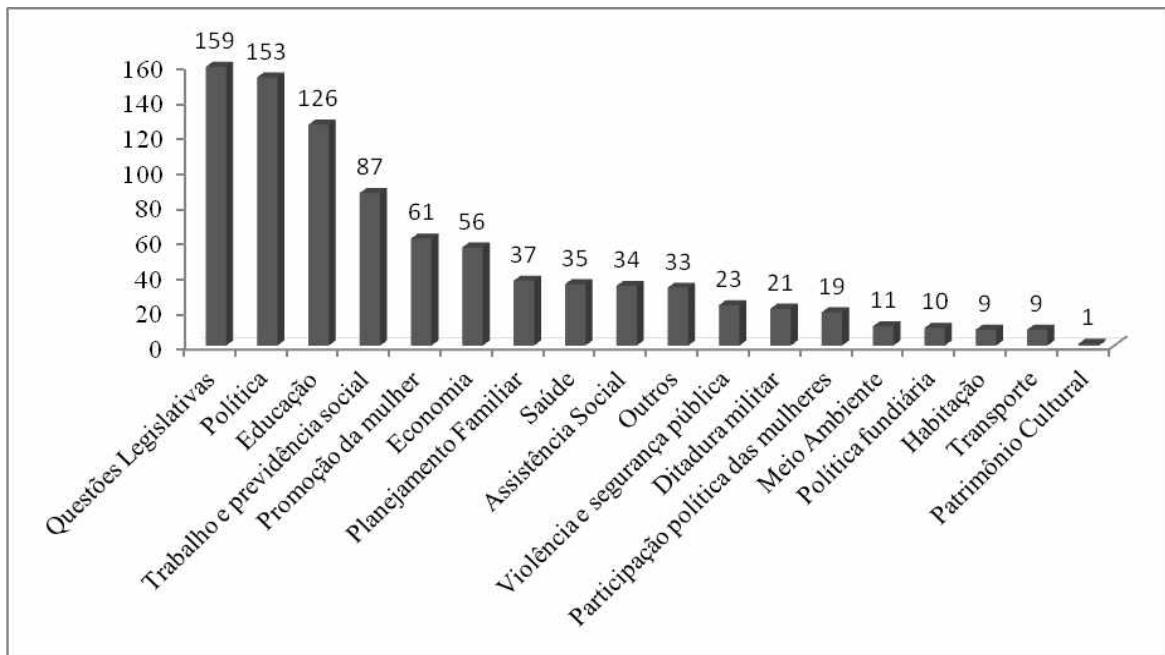


Figura 3: Pronunciamentos das deputadas estaduais (1967-1986).

Fonte: Elaboração própria.

Verificamos que as categorias: questões legislativas (18%), política (17%) e educação (14%) foram as que mais registraram ocorrência de discursos no período, totalizando 49% de todos os pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais. Em seguida, previdência social (10%), promoção da mulher (7%) e economia (6%). As categorias planejamento familiar, saúde, assistência social e outros foram responsáveis por 4% cada dos discursos, enquanto violência e segurança pública 3% e ditadura militar e participação política das mulheres 2%. As categorias que menos registraram ocorrência de discursos foram: meio ambiente, política fundiária, habitação e transporte com 1% das intervenções e patrimônio cultural que não chegou a computar percentual.

Importante salientar que as categorias questões legislativas e educação já haviam se destacado no período anterior, com grande quantidade de pronunciamentos em relação às demais categorias, demonstrando a importância atribuída pelas parlamentares ao debate sobre

educação e sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e questões sobre as quais ele deve obrigatoriamente legislar.

#### IV. A garantia dos direitos das mulheres nos pronunciamentos das parlamentares gaúchas (1987 - 2011)

Em seis legislaturas, no período 1987 a 2011, 21 deputadas estaduais assumiram mandato, das quais 20 pronunciaram-se no plenário da Assembleia Legislativa Gaúcha. Para a Deputada Gilda Haack (PTB) não encontramos nenhuma manifestação no plenário e para Adriane Rodrigues (PDT) não obtivemos discursos sobre gênero, conforme tabela a seguir:

Tabela 3

Deputadas estaduais e número de pronunciamentos realizados (1987 e 2011).

Deputada	Número de discursos	% discursos	Número de discursos sobre gênero	% discursos sobre gênero
Ecléa Fernandes (PSDB)	54	2	7	2
Hilda de Souza (PMDB)	86	3	5	1
Regina Rossignollo (PDT)	48	2	9	3
Jussara Cony (PCdoB)	918	31	99	30
Maria A. Feldman (PSB)	195	6	13	4
Maria do Carmo (PPB/PPR/PP)	156	5	29	9
Maria do Rosário (PT)	183	6	23	7
Luciana Genro (PT)	280	9	10	3
Cecília Hypólito (PT)	134	4	11	3
Iara Wortmann (PMDB)	41	1	7	2
Adriane Rodrigues (PDT)	1	0	0	0
Maria Helena Sartori (PMDB)	163	5	24	7
Leila Fetter (PP)	48	2	11	3
Floriza dos Santos (PDT)	25	1	12	4
Miriam Marroni (PT)	95	3	17	5
Marisa Formolo (PT)	249	8	14	4
Kelly Moraes (PTB)	20	1	5	1
Silvana Covatti (PP)	15	1	6	2
Stela Farias (PT)	152	5	19	6
Zilá Breitenbach (PSDB)	143	5	12	4
<b>Total</b>	<b>3006</b>	<b>100</b>	<b>333</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que 11% do total dos pronunciamentos realizados pelas parlamentares no período referiram-se à questão de gênero. Entre as que mais discursos fizeram encontram-se Jussara Cony, com 31% do total de pronunciamentos realizados no período. Importante lembrar que esta foi a segunda deputada que mais mandatos exerceu na Assembleia Legislativa, no total foram cinco legislaturas, sendo quatro completas e uma na condição de suplente, na qual permaneceu no cargo por cinco meses, como apresentamos no capítulo a respeito do perfil das parlamentares.

Em seguida aparecem Luciana Genro com 9% e Marisa Formolo com 8% do total de discursos. A seguir, Maria Augusta Feldman e Maria do Rosário Nunes, ambas somando um percentual de 6%; Maria do Carmo Bueno, Stella Farias, Maria Helena Sartori, Zilá Breitenbach, cada uma com 5% do total dos discursos; Cecília Hypólito com 4%; Miriam Marroni e Hilda de Souza com 3%; Leila Fetter, Ecléa Fernandes e Regina Rossignollo com 2%; Iara Wortmann, Floriza dos Santos e Kelly Moraes com 1% do total de pronunciamentos; por fim, Silvana Covatti com 15 pronunciamentos e Adriane Rodrigues com um discurso proferido não chegam a registrar 1% do total de intervenções realizadas pelas parlamentares na Assembleia Legislativa no período 1987 a 2011.

No geral, as deputadas que mais se pronunciaram foram também as que mais vezes levantaram na tribuna questões relativas ao debate sobre gênero, em especial a problemática da opressão e exploração feminina. Desse modo, observamos que, do total de discursos relativos à categoria gênero, Jussara Cony foi responsável por 30% dos mesmos, em seguida, aparecem as deputadas Maria do Carmo Bueno com 9% e Maria Helena Sartori e Maria do Rosário Nunes com 7% do total de intervenções. Posteriormente, Stella Farias com 6%, Miriam Marroni com 5%; Maria Augusta Feldman, Floriza dos Santos, Marisa Formolo, Zilá Breitenbach com 4%; Luciana Genro, Cecília Hypólito, Leila Fetter e Regina Rossignollo com 3%. Finalmente, Iara Wortmann, Kelly Moraes, Silvana Covatti, Ecléa Fernandes e Hilda de Souza com 2% do total de pronunciamentos sobre gênero.

O mesmo procedimento adotado para a análise dos discursos relativos aos períodos anteriores foi empregado para a apreciação das intervenções parlamentares relativas aos anos de 1987 a 2011. Desse modo, os pronunciamentos foram classificados, inicialmente, em termos do conteúdo a partir de duas categorias: gênero e outros. Na sequência todos os pronunciamentos foram categorizados de acordo com as temáticas sobre as quais se referiram.



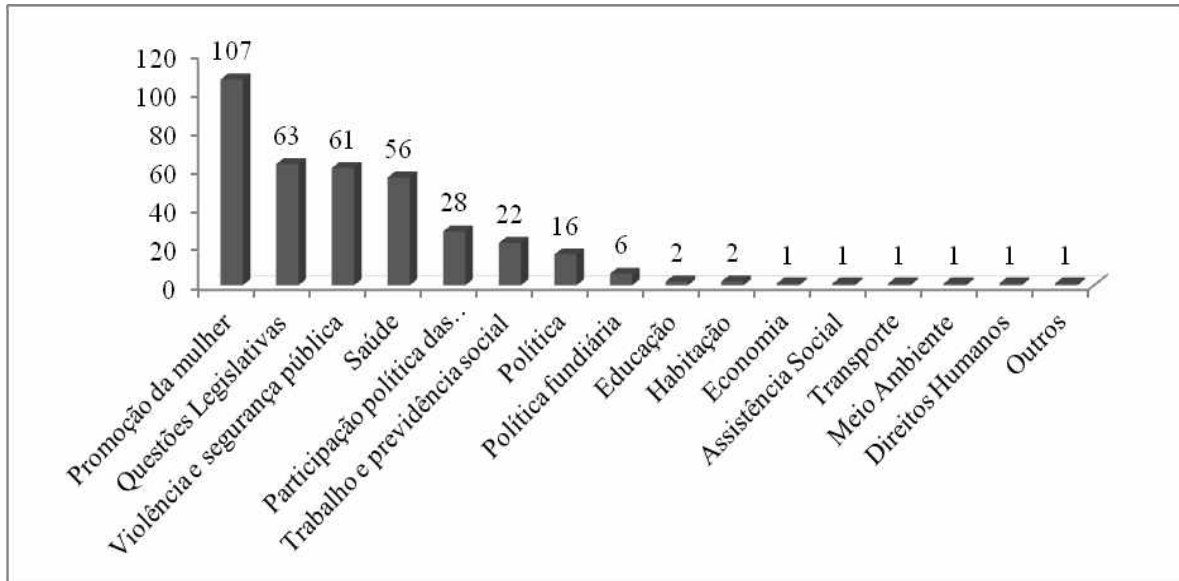


Figura 4: Pronunciamentos sobre gênero proferidos pelas deputadas gaúchas conforme categorias (1987 a 2011).  
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4 nos permite visualizar os principais assuntos sobre os quais as deputadas pronunciaram sempre que se manifestaram em relação à questão de gênero. Observamos assim que a promoção da mulher foi a categoria mais destacada, com 29% do total de pronunciamentos, em seguida aparecem as questões legislativas com 17%, violência e segurança pública, também com 17%; saúde surge em quarto lugar, com 15% do total de pronunciamentos sobre a questão de gênero; a participação política das mulheres obteve 8%; trabalho e previdência social com 4% aparece em sexto lugar; política com 4%; política fundiária com 2% e educação e habitação, ambas com 1% cada uma nos pronunciamentos. As demais categorias: economia, assistência social, transporte, meio ambiente, direitos humanos e outros, todas com um pronunciamento cada não atingem 1% do total de discursos proferidos pelas deputadas estaduais no período em questão.

Assim como havia ocorrido no período anterior a promoção da mulher continuou sendo a tônica dos pronunciamentos femininos na Assembleia Legislativa gaúcha. Registramos a preocupação com as comemorações, lutas e direitos da mulher, conscientização, discriminação e eventos que promovam as mulheres. Boa parte desses pronunciamentos foram realizados no mês de março, lembrando o Dia Internacional da Mulher. Dentre os muitos pronunciamentos que poderíamos destacar a respeito dessa categoria, registramos a fala da deputada Hilda de Souza, na qual a mesma assim se refere.

Este dia tem sido marcado, invariavelmente, por comemorações, em geral ocas, em geral vazias, marcado por promessas velhas e sempre as mesmas, sem que nada de prático, de objetivo, de concreto, de real seja encaminhado no sentido de satisfazer os interesses femininos, legitimamente postos diante da sociedade, não só

no Brasil, mas no mundo capitalista em geral, que consagra a injustiça social na base da sociedade. [...] Pode parecer absurdo que estou dizendo, como mulher, que sofro no meu dia-a-dia, na minha rotina, até mesmo aqui nesta Casa, alguns laivos e alguns ressaibos do machismo que persiste e permeia a nossa sociedade (Anais da Assembleia, 4ª sessão, 8 de março de 1988. Publicado no Diário da Assembleia em 8 de março de 1988, p.16).

A promoção da mulher permitiu às parlamentares trazer para o plenário da Assembleia Legislativa a história de opressão, discriminações pelas quais as mulheres passaram e ainda estão submetidas. Do mesmo modo, registrar as lutas do movimento feminista e de mulheres na busca pela superação dessa mesma situação, as conquistas formais obtidas, sobretudo nas últimas décadas e reconhecer que ainda há muito que fazer em prol da promoção das mulheres.

Em relação ao conjunto dos pronunciamentos proferidos pelas parlamentares gaúchas no período em questão, as temáticas que foram abordadas e a quantidade de pronunciamentos relativos às mesmas podem ser verificadas na Figura a seguir.

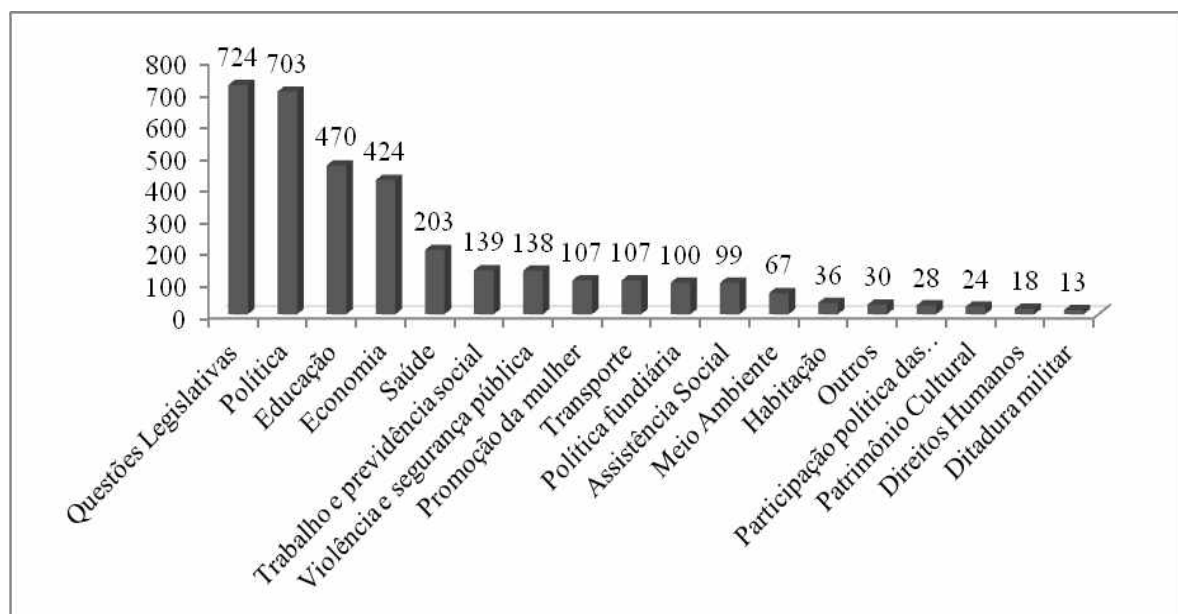


Figura 5: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais realizados de acordo com as categorias definidas (1987-2011).

Fonte: Elaboração própria.

A categoria questões legislativas foi a que registrou mais discursos das deputadas estaduais no período analisado, representando 21% do total de intervenções. Em seguida aparecem as categorias política (20%), educação (14%) e economia (12%). Após observamos que saúde foi a temática que obteve um total de 6% dos pronunciamentos; trabalho e previdência social e violência e segurança pública com 4%; promoção da mulher, transporte, política fundiária e assistência social 3% cada uma das categorias; meio ambiente 2%;

habitação, participação política das mulheres, patrimônio cultural, direitos humanos e outros, 1%, e, por fim, ditadura militar, com 13 intervenções que não representam 1% do total de pronunciamentos.

Importante observar que a categoria destacada no que se refere aos pronunciamentos sobre gênero, promoção da mulher, com 29% do total daqueles discursos, no cômputo geral, representa apenas 3% do total de intervenções realizadas pelas parlamentares gaúchas.

## V. A perspectiva de gênero nos pronunciamentos das parlamentares gaúchas (1951-2011)

A partir da análise dos pronunciamentos realizados pelas deputadas gaúchas, observamos que, entre 1951 e 1966 houve 170 pronunciamentos, sendo que destes 11 a respeito de gênero; entre 1967 e 1986, registramos 736 discursos, dos quais 257 sobre gênero e, entre 1987 e 2011 foram encontrados 3006 discursos, destes 333 a respeito desse tema. Ao total, registramos 3912 discursos. Deste total, 601 fizeram menção a questão de gênero (15%).

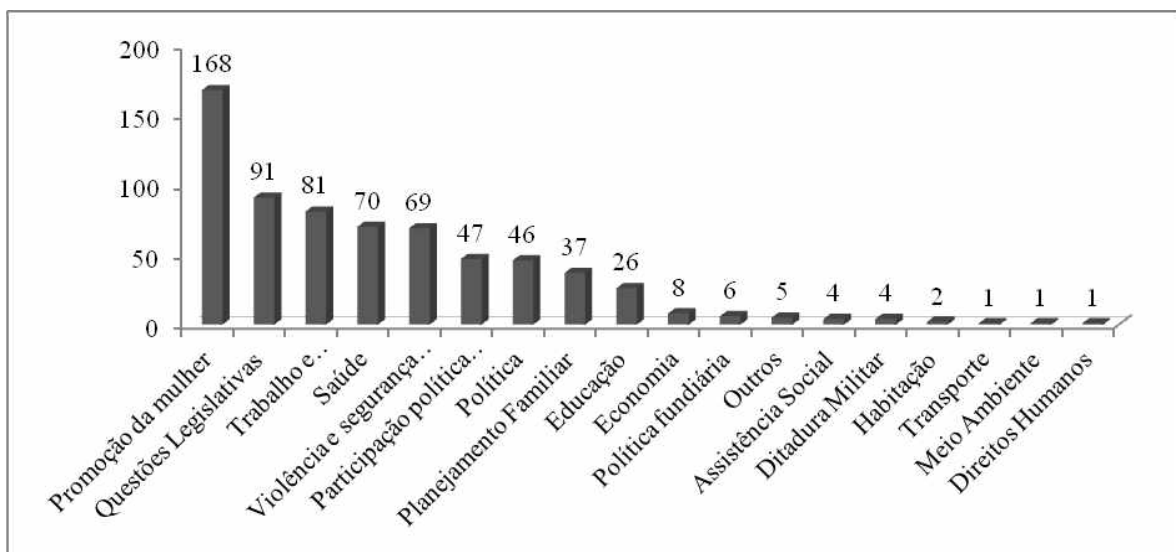


Figura 6: Número de pronunciamentos das parlamentares gaúchas relativos à temática de gênero, de acordo com as categorias usadas (1951-2011)

Fonte: Elaboração própria.

Ao longo da exposição dos dados, no que se refere aos pronunciamentos sobre gênero, a categoria promoção da mulher foi a que mais obteve pronunciamentos realizados pelas deputadas estaduais entre 1951 e 2011, representando 25% do total dos discursos. Em seguida, questões legislativas com 14%; trabalho e previdência social com 12%; saúde, violência e segurança pública, ambos com 10% do total de intervenções sobre gênero.

Participação política das mulheres e a categoria política, ambas registraram 7% do total de discursos; planejamento familiar, 6%; educação 4%; economia, política fundiária, outros, assistência social e ditadura militar, todos com 1% do total de discursos. Por fim, habitação com dois pronunciamentos, transporte, meio ambiente e direitos humanos, todos com uma intervenção cada, não atingindo 1% do total de discursos sobre gênero nestas categorias.

Para sintetizar esse conjunto de dados a respeito dos pronunciamentos proferidos pelas deputadas estaduais entre 1951 e 2011, a figura a seguir demonstra a quantidade de discursos de acordo com as categorias usadas para classificá-los.

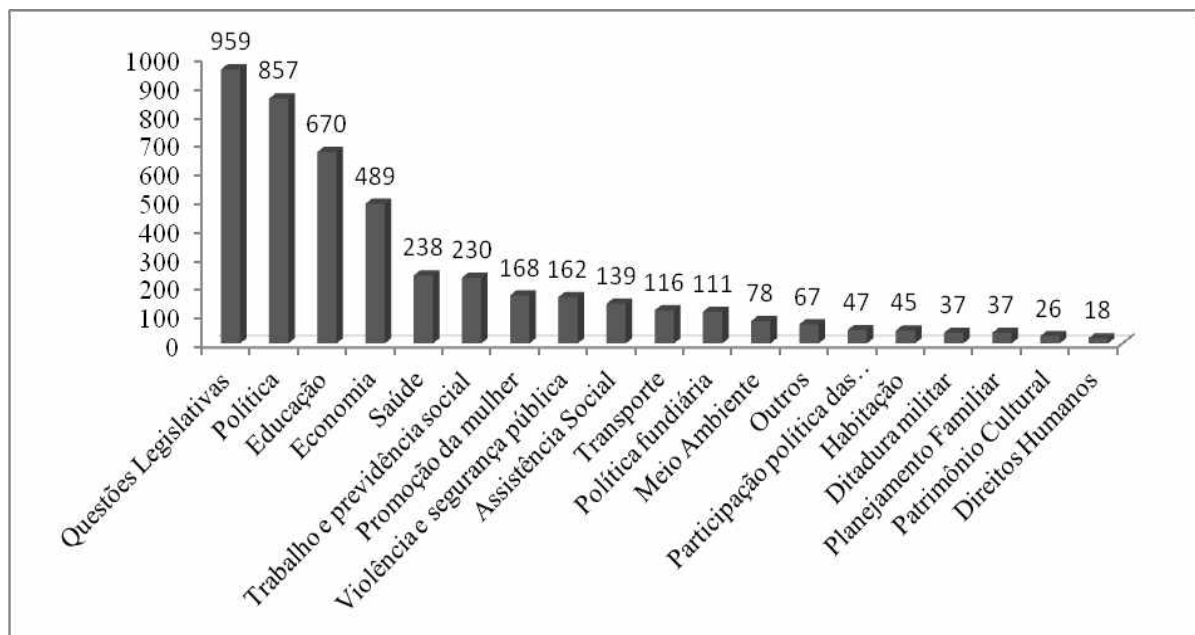


Figura 7: Número de pronunciamentos das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul conforme categorias estabelecidas (1951-2011).

Fonte: Elaboração própria.

Considerando a totalidade dos discursos proferidos pelas parlamentares gaúchas entre 1951 e 2011 a categoria questões legislativas foi a que apresentou maior número de pronunciamentos (21%), em seguida, política (19%), educação (15%) e economia (11%). Saúde e previdência social aparecem na sequência, ambas com 5% dos discursos; promoção da mulher, violência e segurança pública (4%); assistência social e transporte (3%); política fundiária e meio ambiente (2%); outros, participação política das mulheres, habitação, ditadura militar, planejamento familiar e patrimônio cultural aparecem com 1% e, por fim, direitos humanos, com 18 pronunciamentos não computa 1% do total de intervenções na tribuna da Assembleia Legislativa durante o período estudado.

Podemos verificar os discursos femininos na tribuna conforme os períodos adotados para este estudo. Do total de 3912, 77% foram proferidos entre 1987-2011; 19% entre 1967 e 1986 e 4% entre 1951 e 1966. Em relação aos pronunciamentos sobre gênero, 55% dos mesmos foram proferidos entre 1986 e 2011; 43% entre 1967 e 1986 e 2% no período compreendido entre 1951 e 1966. Nota-se que o período 1987-2011 é, como visto nos capítulos anteriores, o momento em que a representação política das mulheres aumenta no âmbito da Assembleia Legislativa do RS, assim como aumentam o número de projetos relativos à temática de gênero apresentado pelas próprias mulheres.

Outro ponto que podemos destacar, a partir dessas informações, diz respeito à filiação partidária das parlamentares em relação aos pronunciamentos e sobre os discursos de gênero. Computando todos os discursos ao longo do período analisado, observando a posição ideológica dos partidos aos quais as deputadas estaduais estiveram filiadas nos respectivos períodos, chegamos aos seguintes dados, conforme figura abaixo<sup>3</sup>.

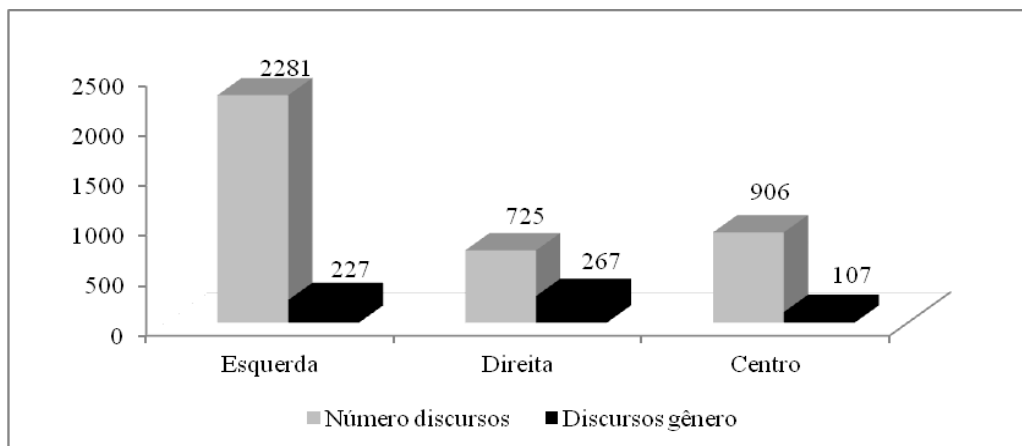


Figura 8: Número de discursos e intervenções sobre gênero conforme posição ideológica dos partidos aos quais as deputadas filiaram-se (1951-2011).

Fonte: Elaboração própria.

Averiguamos que, na soma total dos pronunciamentos, as deputadas filiadas aos partidos políticos de esquerda proferiram 58% do total de discursos e 38% dos pronunciamentos sobre gênero. As deputadas filiadas aos partidos políticos situados no espectro político ideológico do centro foram responsáveis por 23% do total de discursos realizados e 18% daqueles relativos à problemática de gênero. Já as parlamentares cujos partidos político estão situadas à direita do espectro político realizaram o menor percentual de

<sup>3</sup>A temática do posicionamento ideológico dos partidos políticos e sua análise a partir do eixo direita-esquerda é um dos aspectos mais investigados na ciência política. Maiores aprofundamentos sobre o assunto podem ser buscados, por exemplo, em: ALCÁNTARA, 2004; BOBBIO, 2001.

pronunciamentos proferidos na Tribuna da Assembleia Legislativa, 19%, contudo, foram responsáveis pela maior parte dos discursos relativos à questão de gênero, 44% do total destes pronunciamentos.

Estes dados, mais uma vez, precisam ser lidos considerando os diferentes períodos aos quais temos nos reportado ao longo deste estudo. As informações a seguir tentam dar conta de explicar melhor essa questão.

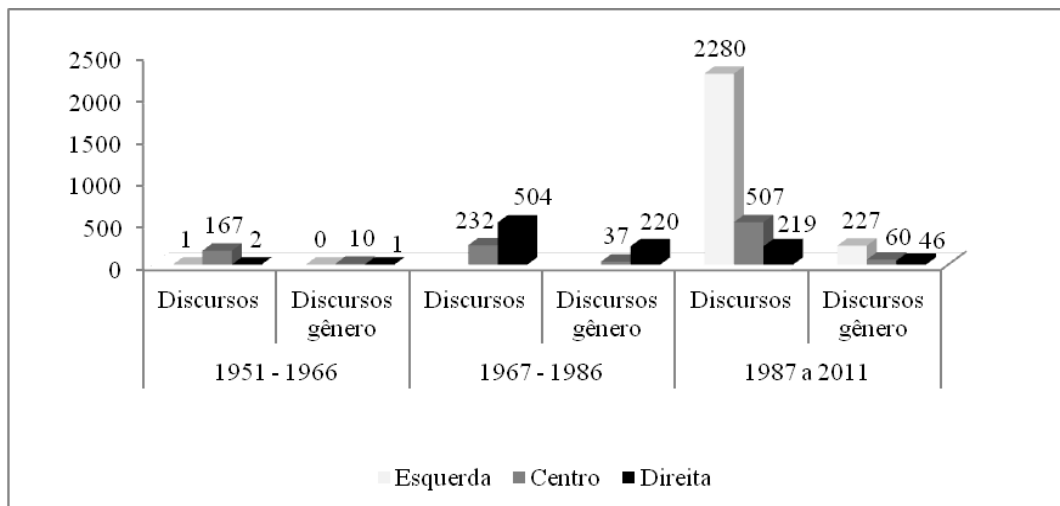


Figura 9: Número de discursos e pronunciamentos sobre gênero de acordo com período e filiação partidária conforme posicionamento ideológico.  
Fonte: Elaboração própria.

Cada período usado na exposição dos dados apresenta características distintas quanto ao espectro político ideológico dos discursos das parlamentares gaúchas, bem como, em relação aos pronunciamentos a respeito da temática de gênero. O primeiro período é caracterizado pela presença de uma posição centrista, haja vista a predominância da presença feminina filiada ao PTB no Parlamento, o qual foi responsável por 98% do total de pronunciamentos e 91% dos que abordaram a respeito da problemática de gênero.

O período seguinte, 1967 a 1986, foi marcado pela grande quantidade de discursos proferidos pelas parlamentares situadas no espectro político ideológico da direita, 68% de todos os pronunciamentos foram realizados por essas deputadas, as quais foram responsáveis por 86% dos discursos que apresentaram preocupação relativa ao debate sobre gênero<sup>4</sup>. Já no

<sup>4</sup>Relembramos que este foi um período da história política brasileira caracterizado pela ditadura militar e, em grande parte, por um sistema partidário composto por apenas dois partidos: o partido do governo (ARENA) e o partido da oposição (MDB). Sabemos que esse último agregava todas as correntes contrárias ao regime militar e que a separação dos partidos entre direita, esquerda e centro fica comprometida em função do contexto da época. Contudo, mantivemos a classificação proposta desde o início do trabalho considerando ARENA direita e MDB e, posteriormente, PDMB, como centro.

que se refere ao período recente, 1987 a 2011, verificamos que há uma nova mudança em relação à filiação partidária cujas deputadas manifestam-se em plenário. Assim, se o primeiro período foi marcado pelo predomínio dos partidos de centro e o segundo pela direita, o terceiro período analisado denota o crescimento dos partidos situados no espectro político ideológico da esquerda, tanto no que se refere aos números de parlamentares, quanto em relação aos pronunciamentos no geral e aos relativos ao debate sobre gênero. Contudo, observamos que as deputadas filiadas aos partidos de esquerda foram responsáveis por 76% de todos os pronunciamentos realizados no plenário da Assembleia Legislativa, enquanto que os partidos de centro, 17% e de direita, 7% do total. Em relação aos pronunciamentos sobre gênero, a esquerda proferiu 68% dos discursos ao passo que os partidos de centro, 18% e de direita, 14% do total desses discursos.

A partir desses dados podemos verificar que quanto mais mulheres no Parlamento maior o número de intervenções e, no geral, de pronunciamentos relativos à questão de gênero, o que demonstra que a presença de mulheres teve um efeito importante na agenda e nos debates políticos levados a cabo ao longo das legislaturas estudadas. Retomando a explanação do primeiro capítulo, podemos compreender que, apesar da tradicional divisão entre esfera pública e dos lugares sociais destinados aos homens e às mulheres (OBREGÓN, 1999; PATEMAN, 1993), a qual vem sistematicamente sendo questionada pela teoria feminista, bem como a construção de noções como cidadania e suas formas de exclusão/inclusão que nela está implícita (COSTA, 1998; PRÁ, 1997; ROSSI-DORIA, 1995), percebe-se que cada vez as mulheres vêm se apropriando da esfera pública, concorrendo a cargos eletivos e tomando posse nos mesmos.

Por certo, muitas das barreiras impostas pelos partidos, pelas instituições e pela cultura política ainda não foram superadas (ÁLVARES, 2008; ARAÚJO, 2001; NORRIS, 2006; REIS, 2010, entre outros), mas, como lembram Joni Lovenduski e Azza Karam (2002) a participação das mulheres no cenário político e o impacto da presença de mais mulheres no poder, depende do número das mesmas nos Parlamentos, assim como, da quantidade de parlamentares dispostas a representar temas de interesse e que reflitam as preocupações das mulheres, numa perspectiva mais ampla, a transformação das relações sociais de gênero.

Compreensão semelhante acerca da presença das mulheres no âmbito do poder Legislativo pode ser encontrada em uma série de outros autores, os quais buscam afirmar que a presença de mais parlamentares representa a possibilidade de transformação da realidade em que se encontra uma parcela significativa de mulheres, tendo em vista que pode ser a saída para a formulação de políticas públicas que se traduzam “no combate à discriminação, na

promoção da igualdade e eliminação da pobreza.” (MOREIRA, s/d, p.6). Isso significa que pode haver importante impacto sobre a agenda das políticas públicas e na articulação dos interesses das mulheres, o que também seria fator crucial para a legitimidade dos órgãos democráticos. Ou seja, mais mulheres no poder permitiriam que as preocupações e suas prioridades fossem levadas em consideração nos processos decisórios, assim as representantes eleitas teriam o poder de agir em prol deste segmento social (NORRIS, 2006).

Do mesmo modo para Fanny Tabak (2002) a presença de mulheres no Poder Legislativo faz diferença no sentido de que a presença ou não delas tem se apresentado como importante fator para que existam ou não projetos de lei que beneficiem diferentes grupos da população feminina. No entanto, essa relação apenas é garantida quando as parlamentares são indicadas, eleitas e enviadas ao Parlamento como “resultado de sua preocupação, demonstrada publicamente, com as questões que afetam as mulheres e se ofereceram um apoio ativo às lutas das mulheres” (TABAK, 2002, p.116). Além disso, destaca a inclusão de questões ausentes e/ou específicas que se constituem em preocupação para as mulheres (abuso sexual, violência doméstica, aborto, divórcio, status das mulheres, proteção das crianças, entre outros), a possibilidade de que a tribuna seja palco de denúncias relacionadas à discriminação de gênero e de apoio às demandas sociais apresentadas pelos movimentos e, por fim, auxiliariam na adoção de políticas públicas que afetam a vida de homens e mulheres (políticas de saúde, moradia, educação e meio ambiente).

## **VI. Considerações Finais**

Os dados obtidos acerca da presença e atuação das parlamentares gaúchas entre 1951 e 2011 evidenciam todos esses elementos postos pela teoria feminista. Independentemente da posição política ideológica dos partidos políticos aos quais as parlamentares estiveram filiadas, a grande maioria delas manifestou-se sobre a problemática de gênero, sempre no sentido de crítica à subjugação, exploração e discriminação em relação às mulheres e, ao mesmo tempo, propondo políticas ou defendendo a construção de outras relações sociais de gênero, mais igualitárias.

Tais informações podem indicar para a construção de um modelo de representação política que, apesar de evidente a importância da presença das mulheres, ultrapassou este aspecto e alcançou uma dimensão de representação de perspectiva social, tal como a define Íris Young (2006). Essa noção poder ser associada à ideia de pertencimento (FRASER, 2009), pois as próprias deputadas estaduais ao se pronunciarem colocaram-se claramente como



conhecedoras dos problemas femininos, das discriminações e dos preconceitos que as mulheres sofrem no cotidiano, nos mais diferentes espaços, entre eles o próprio Parlamento, ou seja, da construção das próprias interpretações de identidade, interesses e necessidades, os quais foram evidenciados nos discursos e nos projetos propostos pelas parlamentares gaúchas.

## VII. Referências Bibliográficas

ALCÁNTARA, Manuel. **¿Instituciones o máquinas ideológicas?** Origen, programa y organización de los partidos latinoamericanos. Barcelona, ICPS, 2004.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 895 a 939, 2008.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos Feministas**. v. 9, n. 1, p. 253-267, set. 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As Donas do Poder:** Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça num mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p.11-39, 2009.

KROEFF, Maria Bernadete Moreira. **A trajetória política das mulheres gaúchas nas eleições de 1950 a 1990.** 2001, 127p. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

LOVENDUSKI, Joni; KARAM, Azza. Mujeres en el Parlamento: estrategias para marcar la diferencia. In: **Mujeres en el Parlamento.** Más allá de los números, IDEA, p.201-237, 2002. Disponível em: <[http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20\\_%20WiP%20Spanish.pdf](http://www.idea.int/publications/wip/upload/Full%20Handbook%20_%20WiP%20Spanish.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2007.

MOREIRA, Lourdes. **Mulheres e atuação política:** a construção das políticas sociais de gênero no Poder Legislativo do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/mulheres-e-a-atuacao-politica-a-construcao-das-politicas-sociais-de-genero-no-poder-legislativo-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 17 abr. 2010.

NORRIS, Pippa. The Impact of Electoral Reform on Women's Representation. **Acta Política**, p. 1 – 17, 2006.

OBREGÓN, María Emma Wills. Feminismo y Democracia: más allá de las viejas fronteras. **Análisis Político**. Colombia, n.37, p.18-37, may/ago. 1999.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRÁ, Jussara Reis. Eleições e Cidadania. Notas sobre o comportamento política de gênero. In: BAQUERO, Marcello [et. al.]. **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre/ Canoas: Editora da Universidade/UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997. p.11-35.

REIS, Cíntia de Oliveira Santiago dos. **Representação Política no Brasil**: Uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011). 2010, 85p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualidade e “alma coletiva” nas lutas pelo sufrágio. IN: BONACCHI, Gabriella; GROPPi, Angela. **O dilema da cidadania**: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p.109-128.

TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas**: Participação Política e Poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

YOUNG, Íris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n.67, p.139-190, 2006.